

OKUPAS

Ocupar e deixar-se ocupar

Otávio Leonidio¹

E quem seremos se correremos o risco de um outro performativo?
Paul B. Preciado²

Desde a invasão portuguesa, o Brasil é um lugar onde as ocupações são vistas ou como atos de apropriação alegadamente legítimos e justificáveis (a começar pela expropriação dos territórios ancestralmente ocupados pelos nossos povos originários), ou então como invasões criminosas de bens privados – mesmo estando estes desocupados e ociosos, descumprindo portanto o preceito constitucional da função social da propriedade³.

Tal lógica se perpetua de modos diversos e inusitados; entre tantas outras ocorrências, ela é evidente num dos mais importantes documentos da história cultural brasileira, o memorial justificativo do Plano Piloto de Brasília. Nele, Lucio Costa se sente muito à vontade para afirmar, já de saída, que seu projeto para a nova capital do Brasil “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”⁴. A cruz que outrora serviu à Igreja e à Coroa Portuguesa era agora posta a serviço da modernidade e do “Brasil Moderno”. Eloquentemente, esse gesto inaugural de assinalar um lugar e dele tomar posse também implicava a expulsão e confinamento daqueles que, na prática, haviam construído com as próprias mãos a Novacap. Nunca é demais lembrar que o nome dado a uma das “Cidades Satélites” surgidas desse movimento de expulsão, CEI-Lândia, tem origem no acrônimo de “Campanha de Erradicação de Invasões”.

Entre a Primeira Missa, realizada em 26 de abril de 1500, e o gesto inaugural de Lucio Costa, muita coisa mudou no Brasil. Dentre as coisas que não mudaram, entretanto, uma se destaca: no Brasil, quem tem poder, se apodera, quem não tem, é tratado como invasor.

Não é incidental, nesse contexto, que dentre as ações políticas de resistência e confrontação colocadas em prática no Brasil dos últimos anos, destaquem-se as chamadas “ocupações”.

Longe de ser um fenômeno homogêneo, essas ocupações vêm ocorrendo em circunstâncias e de modos diversos; seu perfil e propósito declarado podem ser muito diversos também. O movimento “Ocupa Minc”, por exemplo, foi uma das ocupações que mais destaque obtiveram durante o golpe parlamentar que resultou

no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff⁵. Neste caso, o objetivo não era prover moradia para aqueles que ali se alojaram. Tratava-se antes de ocupar um dos espaços mais icônicos do Brasil Moderno – o edifício sede do Ministério da Cultura, projetado nos anos 1930 por Lucio Costa e sua equipe de jovens arquitetos modernistas. *Ocupa Minc* foi também um modo insurgente e festivo de reencenar uma velha partilha: de um lado, os usurpadores de turno, do outro, os ocupantes, com seus corpos e práticas desviantes.

Outra modalidade de ocupação que ganhou protagonismo ao longo dos últimos anos são as chamadas “okupas”. Em geral, são ocupações de edifícios vazios, não raro estrategicamente abandonados por seus proprietários legais. Embora tenham como propósito primordial o provimento de moradia para os ocupantes, as okupas não se restringem contudo a esse primeiro aspecto. São também espaços onde uma vida comunitária e colaborativa divergente é ensaiada. É nesse sentido também que as okupas são políticas: ali se reivindicam dinâmicas comunitárias e espaciais alternativas, alheias aos modos convencionais de morar, cujo modelo segue sendo a família nuclear pequeno burguesa e patriarcal, com seus hábitos, hierarquias, divisões e violências espaciais pré-estabelecidas (das quais o “quarto de empregada” é apenas a manifestação mais evidente). A política das okupas é também uma política do corpo e dos corpos no espaço – de “corpos em aliança” que tanto ocupam quanto são ocupados por espaços inusitados e desconcertantes (no melhor sentido dessas palavras)⁶.

Os textos reunidos nesta edição de *Pixo*, dedicada exclusivamente às okupas, documentam isso com clareza. Por eles, é possível divisar a riqueza, a pluralidade e sobretudo a potência política dessas ocupações. Mas o que temos aqui é também um fenômeno adicional. Porque o que muitos desses textos revelam é também uma atitude, acadêmica e politicamente, alinhada com as okupas. De fato, em lugar do atávico foco acadêmico em “objetos de estudo”, e o compromisso “objetivo”, “rigoroso” e “isento” com a “produção de conhecimento”, muitos dos textos aqui reunidos parecem comprometidos com um deixar-se ocupar. Um deixar-se ocupar por experiências, afetos, desejos, escritas corporais, derivas, ficções. Numa palavra, muitos desses textos ensaiam o que poderíamos chamar de uma outra performatividade acadêmica⁷. Uma performatividade que nos faz acreditar que, como quer Isabelle Stengers, uma outra ciência é possível⁸. Parafraseando Donna Haraway, o que esses textos ensaiam e arriscam são *saberes okupados*⁹.

É muito significativo, nesse sentido, que uma das marcas desse conjunto de textos de resto heterogêneo seja a conjugação de um ferramental conceitual e teórico mais ou menos consagrado no âmbito da pesquisa e da produção acadêmica em arquitetura e urbanismo (com destaque para o pós-estruturalismo, a teoria crítica e a sociologia urbana de matriz marxista) com o aparato teórico-político dos pensamentos feminista e decolonial. De fato, ao lado de referências “clássicas” como Walter Benjamin,

5 Ver SAFATLE, Vladimir. Não houve eleição em 2018, *Pública – Central do Servidor* (Jun. 14, 2021). <https://publica.org.br/2021/06/14/entrevista-com-vladimir-safatle-nao-houve-eleicao-em-2018/>

6 Cf. BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

7 Propus a ideia de “performatividade acadêmica” no *Segundo Colóquio de Pós-Graduação da PUC-Rio. Humanidades em Tempo de Cólera*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Decanato do Centro de Teologia e Ciências Humanas, 30 de setembro de 2019. Ver a propósito LEONIDIO, Otávio. Com e contra a arquitetura, *Arquitextos*, Vitruvius, ano 24, n. 293.00 (dezembro de 2023). <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.282/8950>

8 STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível. Manifesto por uma desaceleração das ciências*. São Paulo: Boitempo, 2023.

9 HARAWAY, Donna. Saberes localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, *Cadernos Pagu*, n. 5 (1995), pp. 07-41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

1 Otávio Leonidio é arquiteto e doutor em História. Professor Associado do Departamento de Arquitetura & Urbanismo e dos programas de pós-graduação em Arquitetura e História Social da Cultura da PUC-Rio, é autor, entre outros, de *Carradas de razões: Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira* (PUC-Rio/Loyola, 2007) e *Espaço de risco* (RomanoGuerra/Nhamerica, 2017).

2 PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano. Crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 131.

3 BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, artigo 5, inciso XXIII.

4 COSTA, Lucio. “Memória Justificativa do Plano Piloto” in COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, pp. 283-297.

Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari, Giorgio Agamben, David Harvey, Henri Lefebvre e Milton Santos, dentre outros, temos aqui a infiltração disruptiva de pensadoras como Judith Butler, Silvia Federici, Verónica Gago, Lélia Gonzalez, bell hooks e Audre Lorde; de Achille Mbembe, Aimé Césaire, Walter Dignolo, Ailton Krenak, Deivison Miranda e Aníbal Quijano.

E é nesse sentido também que, de par com as desconcertantes capas criadas pelo grupo Poro, de Belo Horizonte, o neologismo empregado no título desse número de *Pixo* ganha relevância. Porque entre as “ocupações”, num sentido mais convencional do termo, e as “okupas”, há um intervalo a ser okupado: o intervalo entre, de um lado, um “objeto” construído por um aparato teórico/crítico a esta altura institucionalizado e, de outro, um fenômeno impuro e impróprio, vacilante e fugidio, do qual apenas novas epistemologias poderão – precária e provisoriamente – dar conta¹⁰. É (im)precisamente nesse intervalo que muitos dos textos aqui reunidos operam. Mais do que um campo de estudo e pesquisa, as okupas surgem nesta edição como um espaço de risco onde uma outra atividade acadêmica é tentativamente performada.

Como e em que sentido, exatamente, as okupas são políticas? Como expandem os conceitos convencionais do que costumamos chamar, muitas vezes de modo limitador, de “ação política”? Que tipos emergentes de ocupação e de okupas são hoje performados no Brasil, na América Latina e no Sul Global? Em que medida abrem espaço para o que Judith Butler chamou de “contrarrealidades”?¹¹

Eis algumas das perguntas que seguem em aberto, e que esta edição de *Pixo* pode nos ajudar a responder.

*Otávio Leonidio,
Fevereiro de 2024.*

¹⁰ Sobre a revolução epistêmica em curso, ver, entre outros, PRECIADO, Paul B., *op. cit.*

¹¹ BUTLER, Judith. *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.